

Folha Informativa SRADR

2023-02-16

LEGISLAÇÃO DIÁRIA



Diploma	Data	Emissor	Sumário
<u>Regulamento de Execução (UE) 2023/341</u>	2023.02.16	Comissão Europeia	Relativo à renovação da autorização da vitamina E como aditivo em alimentos para todas as espécies animais e que revoga o Regulamento (UE) n.º 26/2011.
<u>Decisão de Execução (UE) 2023/343</u>	2023.02.16	Comissão Europeia	Altera o anexo da Decisão de Execução (UE) 2021/641 relativa a medidas de emergência contra focos de gripe aviária de alta patogenicidade em determinados Estados-Membros.
<u>Decisão do Comité Misto do EEE n.º 2/2020</u>	2023.02.16	Comité Misto do EEE	Altera o anexo I (Questões veterinárias e fitossanitárias) e o anexo II (Regulamentação técnica, normas, ensaios e certificação) do Acordo EEE [2023/280].
<u>Decisão do Comité Misto do EEE n.º 3/2020</u>	2023.02.16	Comité Misto do EEE	Altera o anexo I (Questões veterinárias e fitossanitárias) e o anexo II (Regulamentação técnica, normas, ensaios e certificação) do Acordo EEE [2023/281].
<u>Decisão do Comité Misto do EEE n.º 4/2020</u>	2023.02.16	Comité Misto do EEE	Altera o anexo I (Questões veterinárias e fitossanitárias) e o anexo II (Regulamentação técnica, normas, ensaios e certificação) do Acordo EEE [2023/282].
<u>Decisão do Comité Misto do EEE n.º 5/2020</u>	2023.02.16	Comité Misto do EEE	Altera o anexo I (Questões veterinárias e fitossanitárias) e o anexo II (Regulamentação técnica, normas, ensaios e certificação) do Acordo EEE [2023/283].
<u>Decisão do Comité Misto do EEE n.º 6/2020</u>	2023.02.16	Comité Misto do EEE	Altera o anexo I (Questões veterinárias e fitossanitárias) e o anexo II (Regulamentação técnica, normas, ensaios e certificação) do Acordo EEE [2023/284].
<u>Decisão n.º 8/2020 do Comité Misto do EEE</u>	2023.02.16	Comité Misto do EEE	Altera o anexo II (Regulamentação técnica, normas, ensaios e certificação) do Acordo EEE [2023/286].

OUTROS ASSUNTOS



Região Autónoma dos Açores

Notícias

- ❖ **António Ventura defende sociedade mais inclusiva e respeitadora dos cuidados a ter com animais**
O Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, António Ventura, sublinhou na quarta-feira, na Assembleia Legislativa Regional, os avanços feitos pelo Governo dos Açores “na operacionalização de medidas que contribuem para uma sociedade mais responsável, mais inclusiva e mais respeitadora dos cuidados a ter com os animais”.

Folha Informativa SRADR

2023-02-16

Num debate que viria a aprovar alterações à lei para reforçar o bem-estar animal, António Ventura lembrou que, com o atual Governo, “foram assinados protocolos pela primeira vez, para além daqueles firmados com as associações de Proteção Animal, com as juntas de freguesia das ilhas que não possuem centros de recolha oficiais aprovados, para esterilização e identificação”.

“Oferecemos à PSP e à GNR, em todas as ilhas, 44 leitores portáteis para a leitura do transponder, permitindo a qualquer momento identificar o detentor do animal. Realizámos a primeira Feira dos Animais de Companhia, com a participação de cerca de 20 associações representativas dos animais de companhia regionais e nacionais e entidades com participação nesta temática, como sejam a GNR e a PSP”, prosseguiu o governante.

António Ventura sublinhou ainda que, considerando os animais registados pelos Centros de Recolha Oficial e pelas Associações de Proteção Animal na plataforma RACE, e tendo em conta o valor estabelecido para pagamento no SIAC, este Governo “já fez com que estas entidades não despendessem mais de 40 mil euros.

“Esta poupança permite a estas entidades utilizar este montante em esterilizações de animais de companhia. O montante suprarreferido não engloba a aquisição de ‘microchips’, apenas o registo dos animais na base de dados”, venceu.

Em 2022, a Secretaria da Agricultura participou 1.406 esterilizações às associações de proteção animal, 1.985 esterilizações aos centros de recolha oficiais e 124 esterilizações às juntas de freguesia, perfazendo um total de 3.515 esterilizações no montante total de €201.717,67.

“Estamos a preparar cursos de formação para quem pretender adotar animais de companhia, formar sobre a sanidade animal, o comportamento dos animais de companhia e sobre a legislação em vigor”, anunciou ainda o Secretário Regional.

Fonte - António Ventura defende sociedade mais inclusiva e respeitadora dos cuidados a ter com animais - Comunicação - Portal ([azores.gov.pt](https://www.azores.gov.pt))

Notícias do PRORURAL+

❖ **Encontra-se aberto até ao dia 3 de março**, o período para apresentação de projetos de investimento à Medida 19 – Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER, Submedida 19.2 – Apoio à realização de operações no âmbito das estratégias de desenvolvimento local (EDL), intervenção 7.5 – Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas, do Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma dos Açores 2014-2020 (PRORURAL+): [Aviso n.º 3/2023](#) (o Aviso foi alterado tendo o prazo de apresentação de candidaturas sido prorrogado para 3 de março: [Alteração Aviso nº3/2023](#)).

❖ **Encontra-se aberto até ao dia 3 de março**, o período para apresentação de projetos de investimento à Medida 19 – Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER, Submedida 19.2 – Apoio à realização de operações no âmbito das estratégias de desenvolvimento local (EDL), intervenção 7.6.1 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental, do Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma dos Açores 2014-2020 (PRORURAL+): [Aviso n.º 4/2023](#) (o Aviso foi alterado tendo o prazo de apresentação de candidaturas sido prorrogado para 3 de março: [Alteração Aviso n.º 4/2023](#)).



República Portuguesa

Eventos

❖ **Ensino Agrário em Portugal. Que futuro? – 17 de março**
“Ensino Agrário em Portugal. Que futuro?” É a pergunta que vai nortear a convenção promovida pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e que conta com o Alto Patrocínio do Presidente da República. Também outras instituições

Folha Informativa SRADR

2023-02-16

de ensino universitário, politécnico e profissionalizante, associações e empresas do setor agrário, órgãos nacionais de regulação do ensino e estudantes se juntam a esta iniciativa inédita. **As conclusões serão apresentadas e discutidas a 17 de março, numa sessão pública** que terá lugar na academia transmontana.

“É a primeira vez que uma convenção deste género se realiza em Portugal, pelo que acreditamos que esta análise prospectiva será útil para o progresso do ensino agrário. Esta iniciativa será também indispensável para uma nova agenda do setor agrário, para um crescimento sustentável e para uma resposta aos desafios da segurança alimentar da população mundial, da proteção das florestas e de outros ecossistemas e dos obstáculos apresentados pelos efeitos das alterações climáticas”, sublinha José Luís Mourão, docente da UTAD.

A procura do ensino agrário por novos estudantes, o aumento da capacitação científica e técnica dos diplomados, a interação entre o ensino e a investigação e o enquadramento dos diferentes níveis de ensino são os temas que, de modo holístico, vão ser estudados pelos grupos de trabalho até 17 de março. **Aberta à comunidade, a sessão plenária decorrerá na UTAD e terá a presença de especialistas internacionais e membros do Governo.**

Fonte - [Ensino Agrário em Portugal. Que futuro? - 17 de março - Vila Real - Agroportal](#)



União Europeia



Notícias da Comissão Europeia

❖ "Aliança Mundial contra as Alterações Climáticas": iniciativa da UE ficou muito longe das ambições

- A União Europeia (UE) canalizou um total de 729 milhões de euros para ajudar os países em desenvolvimento prejudicados pelas alterações climáticas;
- A iniciativa não deu atenção suficiente às necessidades das pessoas mais vulneráveis.

A Aliança Global contra as Alterações Climáticas (lançada pela UE em 2007 para apoiar os países em desenvolvimento pobres na resposta às alterações climáticas) não cumpriu as suas promessas, afirma o Tribunal de Contas Europeu (TCE) no novo relatório que publica hoje. O TCE vê poucas provas de que a iniciativa tenha aumentado a resiliência dos países às alterações climáticas. Em relação à eficiência, as ações concluídas apresentam resultados, mas por vezes com custos elevados.

"Concluimos que a Aliança Global contra as Alterações Climáticas teve menos impacto do que se esperava. Previa-se que se reduzisse gradualmente o reforço das capacidades para se passar a ações mais concretas de apoio direto à população, mas esta transição não foi sistemática", realça Hannu Takkula, Membro do TCE responsável pela auditoria. "Entendemos que a Comissão Europeia deve centrar-se nas pessoas mais prejudicadas pelas alterações climáticas e aplicar a experiência que adquiriu com esta iniciativa nas ações de ajuda que realizar nesta área no futuro", acrescenta.

A estratégia da Aliança Mundial contra as Alterações Climáticas baseou-se em dois pilares: o incentivo ao diálogo e à partilha de conhecimentos e o apoio técnico e financeiro a medidas relativas às alterações climáticas e ao risco de catástrofes.

O TCE conclui que a iniciativa não mediu as melhorias registadas na situação das pessoas nem deu atenção suficiente às necessidades dos mais prejudicados. A ajuda nem sempre chegou às pessoas vulneráveis pretendidas: por exemplo, poucas ações incluíram atividades especificamente orientadas para as necessidades das mulheres, e outras ações tinham custos que as famílias mais pobres não podiam suportar. Além disso, podia-se ter ampliado ações experimentais que tiveram sucesso, permitindo que beneficiassem mais pessoas.

A Aliança Global contra as Alterações Climáticas não conseguiu atrair o financiamento adicional esperado dos países da UE e do setor privado, mas a Comissão Europeia nunca reviu os seus ambiciosos objetivos iniciais. Além disso, na segunda fase ("Aliança Global contra as Alterações Climáticas +"), realizada entre 2014 e 2020, os critérios seguidos pela Comissão Europeia para atribuir o financiamento fizeram com que, em proporção, o apoio aos países mais vulneráveis fosse mais reduzido.

Folha Informativa SRADR

2023-02-16



Notícias da Comissão Europeia

Na maioria das ações examinadas pelo TCE, a Comissão Europeia não analisou devidamente se os custos registados no orçamento eram razoáveis. Por exemplo, os custos de gestão das ações eram muito variáveis e foram particularmente elevados na região do Pacífico. Uma análise mais atenta dos custos teria permitido realizar poupanças, critica o TCE.

A falta de conhecimento sobre a iniciativa e a sua pouca visibilidade foram também um problema. Embora tenha apoiado mais de 80 países, era pouco conhecida tanto entre os países em desenvolvimento como na UE. Um dos motivos do desconhecimento foi o facto de as ações que financiava não se distinguirem de outras ações da União para combater as alterações climáticas nos países em desenvolvimento. A sua eficiência também foi prejudicada por ter uma organização complexa, sobretudo devido à duplicação de mecanismos de apoio e fluxos de financiamento.

✓ Informações de contexto

A Aliança Global contra as Alterações Climáticas não tinha uma rubrica orçamental própria no sistema contabilístico da Comissão Europeia. Em vez disso, foi financiada através do Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento e do Fundo Europeu de Desenvolvimento. Foi-lhe atribuído um financiamento total de 728,8 milhões de euros, incluindo as contribuições dos países da UE: 308,8 milhões de euros para a primeira fase (2007-2013) e 420 milhões de euros para a segunda fase (2014-2020, em que se denominou "Aliança Global contra as Alterações Climáticas +").

Em 2020, a Comissão decidiu não prosseguir a iniciativa. Durante o período de 2021-2027, a Comissão financiará as ações de combate às alterações climáticas nos países em desenvolvimento através de apoio temático e geográfico ao abrigo do Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional. O Relatório Especial 04/2023, Aliança Mundial contra as Alterações Climáticas + – Realizações não corresponderam às ambições, está disponível no [sítio Web do TCE](#).

[Relatório Especial 04/2023: Aliança Mundial contra as Alterações Climáticas + – Realizações não corresponderam às ambições](#)

Fonte - "Aliança Mundial contra as Alterações Climáticas": iniciativa da UE ficou muito longe das ambições ([europa.eu](#))



Notícias do Parlamento Europeu

❖ Eurodeputados visitarão o Gabinete da Propriedade Intelectual da UE em Alicante

Os eurodeputados da Comissão dos Assuntos Jurídicos (JURI) e da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (AGRI) discutirão a proteção das indicações geográficas com a EUIPO.

Uma delegação de dez Eurodeputados representando ambas as comissões e liderada pelo Presidente da Comissão JURI, Adrián Vázquez Lázara (Renew, ES) visitará o Gabinete da Propriedade Intelectual da União Europeia (EUIPO) em Alicante, Espanha, nos dias 21-23 de fevereiro.

Durante uma missão de três dias, os eurodeputados discutirão com peritos e representantes da EUIPO a próxima legislação sobre proteção de indicações geográficas na UE. A instituição estará envolvida na fase de implementação e desempenhará um papel particularmente importante no processo de registo.

Enquanto os Membros do Parlamento Europeu irão considerar conjuntamente a proteção das indicações geográficas para produtos agrícolas, os membros da JURI também planeiam concentrar-se na proteção das indicações geográficas para produtos artesanais e industriais que deverão ser votados na próxima reunião da comissão. Também tencionam abordar a revisão das regras da UE sobre desenhos ou modelos industriais e a caixa de ferramentas da UE contra a contrafação nos seus debates com representantes da EUIPO.

Os deputados do Comité dos Assuntos Jurídicos visitarão também uma rede de excelência científica que aborda desafios fundamentais relacionados com a Fundação ELLIS Alicante de inteligência artificial. Farão um balanço dos projetos centrados na investigação da IA e aprenderão mais sobre a justiça algorítmica, a IA explicável, a IA que preserva a privacidade, os pre-conceitos cognitivos e a IA e a IA nas redes sociais. Os eurodeputados visitarão então também a Universidade de Alicante.

Folha Informativa SRADR

2023-02-16



Notícias do Parlamento Europeu

Entretanto, os membros do Comité AGRI concentrar-se-ão no debate sobre o processo de registo e modificação do produto e reunir-se-ão com representantes do organismo regulador espanhol envolvido na proteção da indicação geográfica a nível nacional Consejo Regulador de la Denominación de Origen Protegida.

Fonte - [MEPs to visit EU Intellectual Property Office in Alicante | News | European Parliament \(europa.eu\)](#)